



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 865/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1870/2012 (65 volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsáveis:** Sr. René Levy Aguiar, Secretário Geral da Região Metropolitana de Manaus, à época e Sr. Marcelo Gomes de Oliveira, Secretário Executivo de Administração e Finanças da SRMM e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 208/2016 (fls. 12419/12433).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5256/2016–MP–EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 12434/12435v).

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM. Exercício de 2011.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Quitação. Determinações à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS**, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991 c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2011, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, de responsabilidade dos Senhores **René Levy Aguiar**, Secretário Geral da Região Metropolitana de Manaus, à época e **Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo de Administração e Finanças da SRMM e Ordenador de Despesas, à época;

**9.2-** Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e artigo 52 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, **aplicar multa** ao Senhor **Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo de Administração e Finanças da SRMM e Ordenador de Despesas, à época, no montante de R\$ **2.000,00** (dois mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, valor atualizado pela Resolução nº 25/2012, pelas impropriedades constantes dos itens 2.1, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2, 5.1, 5.2 e 6.1, do Relatório/Voto;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 865/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Senhor **Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo de Administração e Finanças da SRMM e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

**9.4-** Nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - RITCE, **dar quitação** aos Senhores **René Levy Aguiar**, Secretário Geral da Região Metropolitana de Manaus, à época e **Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo de Administração e Finanças da SRMM e Ordenador de Despesas, à época;

**9.5- DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:**

**9.5.1- Encaminhe** à atual Administração da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção, pela DICOP e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.5.2-** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, **adotar as providências** do artigo 162, §1º, do RITCE.

**10- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 18 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Júlio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral